

Uma Reflexão Sociológica do Desemprego entre as Mulheres no Brasil

Una Reflexión Sociológica del Desempleo entre Mujeres en Brasil

A Sociological Reflection of Unemployment among Women in Brazil

Ivanete Modesto do Amaral

Resumo: Este artigo procura refletir o desemprego definido inicialmente como uma categoria social objetiva – que se materializa em dados estatísticos institucionais/oficiais – e subjetiva – de percepção da realidade, onde esse fenômeno não afeta os indivíduos de maneira homogênea no espaço econômico da experiência de trabalho. É constituído pelas relações sociais, sobretudo pelas relações de gênero. Buscou-se estatísticas de órgãos oficiais como o IBGE e Ministério do Trabalho que, baseados na PNAD Contínua e Caged, mostram a vulnerabilidade das mulheres como as mais afetadas entre o contingente de desempregados no Brasil, nos anos 2017/2018. Os resultados apresentam o maior índice do desemprego recaído sobre as mais jovens e com baixa escolaridade.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Desemprego. Sociologia Econômica. Gênero.

Resumen: Este artículo busca reflejar el desempleo inicialmente definido como una categoría social objetiva – materializada en datos estadísticos institucionales / oficiales – y subjetiva – de percepción de la realidad, donde este fenómeno no afecta a los individuos de manera homogênea en el espacio económico de la experiencia laboral. Consiste en relaciones sociales, especialmente relaciones de género. Se buscaron estadísticas de organismos oficiales como el IBGE y el Ministerio de Trabajo que, con base en PNAD Contínua y Caged, muestran la vulnerabilidad de las mujeres como las más afectadas entre el contingente de desocupados en Brasil, en los años 2017/2018. Los resultados muestran que la tasa de desempleo más alta recae sobre los más jóvenes y los menos educados.

Palabras clave: Mercado Laboral. Desempleo. Sociología Económica. Género.

Abstract: This article seeks to reflect unemployment initially defined as an objective social category – materialized in institutional / official statistical data – and subjective – of perception of reality, where this phenomenon does not affect individuals homogeneously in the economic space of work experience. It consists of social relations, especially gender relations. Statistics from official bodies such as the IBGE and the Ministry of Labor were sought, which, based on PNAD Contínua and Caged, show the vulnerability of women as the most affected among the contingent of unemployed in Brazil, in the years 2017/2018. The results show the highest unemployment rate falling on the youngest and the least educated.

Keywords: Labor Market. Unemployment. Economic Sociology. Genre.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo mostrar uma reflexão sociológica do desemprego entre as mulheres no Brasil, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao último trimestre de 2017 e início de 2018, complementando com informações da pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

Sabe-se que a crescente ampliação do desemprego é um dos principais problemas brasileiros, segundo pesquisadores e estudiosos do assunto. É quase consenso de que a melhor forma para reduzir o desemprego é o crescimento econômico com geração de empregos. Tradicionalmente, o desemprego é maior entre as mulheres e, assim como os jovens, os pretos e pardos, a população feminina é ainda uma das mais afetadas pela falta de oportunidades no mercado de trabalho. Isso parece evidente quando se considera a desigualdade social na inserção ocupacional, gerada a partir de padrões distintos como, por exemplo, níveis de rendimento, níveis de escolaridade, etc.

Observa-se que o desemprego feminino é ainda duradouro, menos visível e mais tolerado, difícil de sair desse cenário a partir dos instrumentos de medida estabelecidos, visto que as mulheres levam mais tempo desempregadas do que os homens. Isto parece não ser considerado um problema social, motivo que desperta reflexões sociológicas no sentido de que as mulheres continuam a ter menor representação entre a população ativa e maior entre os desempregados, sendo este um ponto importante para estudar o tema e mostrar a relevância da discussão.

Muito embora as mulheres venham cada vez mais ocupando um espaço significativo no mercado de trabalho, porém, uma observação maior sobre essa crescente inserção, revela a persistência de desigualdades em relação à condição masculina no que diz respeito às oportunidades, aos rendimentos e à qualidade de emprego. Isto significa dizer que, para a sociedade, ele (o desemprego feminino) parece ser menos grave, menos perturbador e menos preocupante onde, nas políticas públicas de emprego, a luta contra o desemprego das mulheres jamais foi colocada como prioridade (MARUANI, 2011), ainda que as mulheres sejam provedoras supostamente de 40% dos domicílios brasileiros e, em outros tantos, sua contribuição à renda familiar seja imprescindível.

No Brasil, a categoria desemprego como categoria estatística (objetiva) é considerada ambígua e marcada por tensões. Isto se explica, em parte, porque o processo de categorização estatística do trabalho e do desemprego segue as normas internacionais definidas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que orientam a construção das estatísticas oficiais. Ou seja, essas normas seguem elas próprias certas representações do trabalho dominante nos países desenvolvidos que paralisam certo estado das relações sociais de classe naqueles países e exprimem, em termos estatísticos, a norma do “emprego estável”¹. São essas representações muitas vezes questionadas pelas instituições que propõem formas alternativas de medir o desemprego no Brasil, como o próprio IBGE.

Analisar o desemprego no Brasil não é algo simples se pensarmos que órgãos oficiais como o IBGE, por exemplo, utilizam conceitos, classificações e métodos prescritos no âmbito

¹ Nos argumentos de Meleu e Massaro (2017), a realidade da normatização do trabalho de caráter social, regulatório e balizador, também sente os reflexos do fenômeno globalizante, que empurra para a uniformização as relações entre capital e trabalho, desconhecendo, deliberadamente, realidades diferentes entre os diversos países do mundo.

da OIT para medição dos níveis de emprego. Isso acaba refletindo na complexidade que há no mercado de trabalho, até porque leva a questionamento dos próprios pesquisadores/especialistas de que não é possível analisar o mercado de trabalho brasileiro apenas com o Caged, uma vez que a economia tem uma alta taxa de informalidade. Por isso, a Pnad Contínua costuma ser mais utilizada no cálculo de desemprego.

Diante disso, levantam-se questionamentos assim descritos: a) qual é a definição de desemprego proposta pela OIT que os países devem seguir? b) Como é definida a categoria desempregado(a) no Brasil e quais são os critérios metodológicos? e c) Qual a taxa de desemprego entre as mulheres no Brasil e como é medido esse desemprego considerando que, no geral, o termo habitualmente utilizado pelas estatísticas oficiais é de “desocupado”? Essas questões estão no centro de discussão deste artigo e serviram de base para o objetivo que se propôs, o de analisar, numa visão sociológica, o desemprego das mulheres como categoria objetiva (estatísticas oficiais) e subjetiva (enquanto construção social).

Em um país como o Brasil, marcado por uma forte precariedade do trabalho, o que está em xeque é o próprio conceito de trabalho que, aliás, é uma problemática de consequência global. Assim sendo, as formas de desemprego, bem como as categorias da população ativa, os tipos de emprego, subemprego ou não empregos, são considerados elementos socialmente constituídos e, como tal, devem ser estudados.

Dessa forma, vale lembrar sob a ótica da sociologia econômica que não é mais possível compreender o mercado apenas como premissa da ação econômica ou como um mecanismo abstrato cujo estudo é feito de maneira estritamente dedutiva, mas como resultado concreto de formas específicas socialmente determinadas de interação social, isto é, compreendê-lo sob o ângulo social (estruturas sociais) onde o estudo sobre os seus mecanismos pode ser realizado de maneira “indutiva e subjetiva”. Nesse sentido, mercado de trabalho evidencia mecanismos de relações sociais (ABRAMOVAY, 2004).

No tocante à metodologia utilizada para a elaboração deste artigo, foram revistas fontes estatísticas dos órgãos oficiais no Brasil que trabalham com a medição do emprego e desemprego, isto porque o interesse por este estudo foi despertado quando da leitura sobre os resultados das pesquisas mostradas por esses órgãos, tais como: PNAD/IBGE, CAGED entre outros, que apresentaram índices elevados do desemprego das mulheres no último trimestre de 2017 e início de 2018.

A partir do conhecimento desses dados estatísticos, se despertou para uma reflexão mais aprofundada que levou a questionamentos já citados anteriormente, os quais ampliaram as leituras e releituras de autores da sociologia econômica, da sociologia do trabalho e, como complemento teórico, da sociologia do desemprego, sendo esta, aparentemente, uma perspectiva de leitura nova para a pesquisadora, que precisou entender melhor: o que significa a categoria social de desempregado? Justificando-se o estudo da abordagem sociológica do desemprego.

Como produto final deste estudo, o artigo estrutura-se em três seções e mais a Conclusão. A primeira seção trata da Introdução, que mostra uma rápida contextualização do tema, incluindo-se a justificativa, objetivo, problema e metodologia. Em seguida, na segunda seção, faz-se uma discussão das categorias teóricas centrais neste artigo: Mercado de Trabalho, Emprego/desemprego, gênero (mulheres desempregadas) se apoiando numa abordagem sociológica

(sociologia econômica, sociologia do Trabalho e sociologia do desemprego). Continuando, na terceira seção, apresentam-se os índices percentuais sobre o desemprego das mulheres no Brasil, ilustrados através de imagens visuais gráficas (infográficos) por órgãos oficiais, seguidos de uma breve discussão desses dados empíricos.

1. Elementos Histórico/Teóricos do Desemprego

Nas últimas décadas do século XX e nas atuais do século XXI, o crescimento do desemprego provocou uma retomada do debate teórico com relação às causas desse fenômeno que se manifesta em dimensão global. Desde o início dos anos setenta, com a crise do modelo econômico do pós-guerra, alicerçado pelo pleno emprego e forte intervenção do Estado Protetor, que as taxas de desemprego começaram a crescer rapidamente, o que torna o desemprego um fenômeno durável. Aqui no Brasil, atinge parte expressiva da população trabalhadora.

Por muito tempo, o desemprego foi um tema de pesquisa que ficou limitado aos economistas, considerados os especialistas em estudar e avaliar as grandes transformações no mercado de trabalho. Na visão de estudiosos, o social ocupava um papel secundário, o que significa dizer, conforme as autoras Maruani & Reynaud (2004), que o desemprego permaneceu um objeto de estudo relativamente periférico, com pesquisas sociológicas muito distantes dos desempregados, pois mostrava estar mais próximo de temas como, por exemplo, a pobreza, do que dos tradicionais temas relativos ao mundo do trabalho: as empresas, as relações e processos de trabalho, a qualificação dos trabalhadores e as tecnologias, assuntos estes de grande interesse aos sociólogos. Assim, o tema do desemprego escapava aos quadros de referência estabelecidos pela sociologia do trabalho.

Contudo, foi no início dos anos 80 do século XX que as pesquisas sobre emprego e desemprego e, precisamente, uma sociologia do desemprego ganharam ênfase por meio de novos estudos e pesquisas que passaram a se consolidar em termos de categoria social. Nesse período, surgiram propostas teórico-metodológicas que vão iniciar uma abordagem do desemprego enquanto “categoria oficial” e “institucional”, que levam a uma abordagem dos processos subjetivos de categorização do desemprego a partir de pesquisas sobre vivências e experiências dos desempregados.

1.1 Definição do Desemprego pela Economia e Sociologia

Do ponto de vista econômico, o desemprego é analisado como o resultado de processos econômicos em transformação (produção e consumo, oferta e demanda de mão-de-obra, renda, lucro, investimentos, etc.) ou, como o resultado de um desequilíbrio, seja dos fatores econômicos e dos preços, seja dos mecanismos de regulação. Na visão de Proni (2015, p.1),

Empiricamente, as oscilações na taxa de desemprego acompanham as flutuações da atividade econômica: em períodos de depressão econômica o desemprego se torna uma questão social de maior proporção; em períodos de crescimento do nível de atividade o problema tende a diminuir. Mas, a causa do problema pode variar de acordo com o perfil dos desempregados, sendo neces-

sário verificar se a privação de trabalho é generalizada ou atinge só os grupos mais vulneráveis e medir o tempo médio que permanecem desempregados².

Com relação à parte teórica sobre o desemprego, o autor Proni argumenta:

O debate teórico sobre o desemprego exprime outro rol de preocupações, procurando discutir se o problema resulta de mecanismos inerentes ao desenvolvimento capitalista ou de interferências externas ao funcionamento dos mercados, se decorre de condições estruturais ou de atributos individuais. Do ponto de vista macroeconômico, pode-se argumentar que o desemprego corresponde a uma situação involuntária, na qual há geração insuficiente de postos de trabalho para ocupar o conjunto da população trabalhadora. Numa perspectiva microeconômica, pode-se supor que o desemprego decorre de escolha voluntária motivada pela generosidade do seguro-desemprego, que desestimula o desempregado a aceitar um salário menor (PRONI, 2015, p.1-2).

Por outro lado, em se tratando de análise de desemprego, os economistas Passos e Nogami (2005), argumentam que as causas desse fenômeno podem variar a partir de, pelo menos, quatro tipos de desemprego: 1) desemprego friccional ou natural – indivíduos que se encontram desempregados temporariamente, porque estão mudando de emprego ou, porque estão procurando emprego pela primeira vez. Recebe esta nomenclatura porque o mercado de trabalho, segundo os autores, opera com atrito, não combinando trabalhadores e postos disponíveis de trabalho, sendo que sua duração vai depender dos benefícios dados aos desempregados, como o seguro desemprego; 2) desemprego estrutural – consequência das mudanças estruturais da economia tais como, mudanças nas tecnologias de produção ou nos padrões de demanda dos consumidores; 3) desemprego sazonal – ocorre em função da sazonalidade de determinados tipos de atividades econômicas tais como agricultura e turismo, e que acabam causando variações na demanda de trabalho em diferentes épocas do ano; 4) desemprego cíclico (involuntário ou conjuntural) – ocorre quando se tem uma recessão da economia, o que significa retração na produção. As empresas são obrigadas a dispensar seus funcionários para cortar despesas.

Portanto, pode-se dizer que a maneira como os economistas analisam o problema, ou seja, a dimensão do desemprego no interior do mercado de trabalho, geralmente, é vista como resultante da insuficiência geral de demanda efetiva na economia nacional. E romper com esse modo de pensamento em direção a uma perspectiva sociológica significa não apenas problematizar o desemprego como categoria analítica, mas de abordá-lo como categoria prática a partir da qual os atores sociais concretos agem no mundo social. Significa dizer que o desemprego não deve ser olhado somente pelos dados das estatísticas oficiais, mas adotar uma *episteme*, um conhecimento metodológico/científico que possa compartilhar especificidades e objetos de estudo diferentes do conhecimento econômico, problematizando o desemprego em direção ao modo como este fenômeno aparece e é definido no mundo social, como uma categoria prática dos atores sociais, situados no mundo.

² A Organização Internacional do Trabalho define o desemprego como uma situação em que o indivíduo: i) não está economicamente ocupado, ii) está disponível para trabalhar e iii) tomou alguma providência para procurar um trabalho remunerado. Embora essa definição seja amplamente aceita, há controvérsia sobre a classificação de pessoas que trabalham de forma esporádica, provisória e improvisada, ou que não procuram trabalho porque estão desalentadas e sem perspectiva de contratação. Ou seja, a privação de um emprego pode se manifestar de maneiras distintas, dificultando a mensuração do fenômeno. Mas, em geral, tais nuances não são consideradas nas teorias sobre o desemprego (PRONI, 2015,p.1).

A noção de crise, por exemplo, num contexto do mercado de trabalho, refere-se, sobretudo, a uma crise de emprego. Nestes termos, as mutações no mercado de trabalho e o déficit estrutural de empregos manifestam-se não apenas por uma escassez na geração de novos postos de trabalho, mas também por um processo de precarização do emprego. Multiplicam-se as modalidades de contratação até então consideradas atípicas, como o contrato de trabalho por prazo determinado, o trabalho temporário, o trabalho em tempo parcial, os estágios e os contratos relacionados à aprendizagem profissional.

Para a sociologia do desemprego, é a “norma do desemprego” que é posta em questão, tendo em vista a implosão da representação tradicional do desemprego como privação provisória e transitória de emprego. Na compreensão de Demazière (2003), o desemprego torna-se não apenas um fenômeno de massa, mas também uma experiência cada vez mais recorrente e prolongada nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores. É um fato que produz um efeito importante tanto sobre as identidades desses trabalhadores privados de emprego como sobre o “estatuto social” dos mesmos, a partir das políticas públicas de tratamento e combate ao fenômeno.

Nas explicações de Demazière (2003), o desemprego é estudado em duas categorias: 1) analítica – estudado pelos cientistas sociais para investigar o mundo social; e 2) prática – mobilizado pelos atores sociais para interpretar e orientar seus comportamentos nesse mundo. Portanto, a proposta da sociologia do desemprego é pela categorização social, no sentido de que o desemprego é uma categoria prática onde a noção de crise do desemprego produz um efeito importante sobre as identidades dos trabalhadores sem emprego, problema crucial por parte dos desempregados de longa duração.

1.2. Definição do Desemprego pela OIT e a Categorização Estatística no Brasil

Para o autor Vargas (2008), a categoria desemprego como categoria estatística é ambígua e marcada por tensões. Por um lado, o processo de categorização estatística do trabalho e do desemprego segue as normas internacionais definidas no âmbito da OIT, por outro, tensões internas à sociedade brasileira implicam a produção de novas formas de categorização estatística. Isto porque a causa do fenômeno do desemprego pode ter diferentes explicações, peculiares a cada nação. Segundo a PNAD Contínua/IBGE, o quantitativo de desocupados no Brasil, nos anos 2017/2018, era de 12,5 milhões de pessoas. Para Galeazzi (2002), isso leva a definir o desemprego como “a ausência de trabalho acompanhada da disponibilidade de trabalhar, com a busca por trabalho”. Ou seja, uma categorização utilizada pelo IBGE a partir das normas da OIT.

Nos argumentos de Vargas (2008), as normas definidas pela OIT caracterizam o desemprego a partir de três critérios fundamentais: 1) Estar sem trabalho remunerado durante o período de referência da pesquisa (semana precedente); 2) Estar imediatamente disponível para trabalhar; e 3) Procurar efetivamente um trabalho remunerado (semana ou 30 dias precedentes). Nesse caso, ela exclui todos aqueles que ocupam um trabalho ou emprego irregular, instável ou ocasional.

No Brasil, essa situação de emprego irregular é particularmente das pessoas que realizam os chamados “bicos” e “trabalhos eventuais”. As pessoas que não estão imediatamente disponíveis são também excluídas. É o caso, por exemplo, das mulheres que, desejando ter um emprego, não podem procurar ou assumir um trabalho por causa de responsabilidades e compromissos domésticos imediatos. Os desempregados mais velhos e os desempregados desencorajados que ficam

durante longos períodos sem procura e sem esperança de obter um trabalho, são também excluídos desta categoria devido à ausência de atitudes comportamentais concretas que atestem a procura de trabalho durante o período de referência.

Como em outros países, no Brasil existem diferentes instrumentos destinados à contagem do número de desempregados. As pesquisas do IBGE³ (PNAD Contínua) e do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged) constituem dois tipos distintos de metodologias destinadas a medir o fenômeno do desemprego. As diferentes maneiras de conceber o trabalho e de categorizar o desemprego, nestas pesquisas, expressam as tensões e ambiguidades das formas, relações e representações do trabalho e da privação do trabalho na sociedade brasileira.

Importante lembrar que o IBGE não utiliza o termo “desemprego” como indicador de “privação do trabalho” e, sim, refere-se ao termo “desocupação”. E, para ser considerado desocupado, o trabalhador precisa estar sem trabalho, à procura de trabalho e imediatamente disponível. A aplicação desses critérios fixados pela OIT para definir o desemprego é bastante problemática em um país como o Brasil, marcado pela forte presença de formas e relações de trabalho não assalariadas e altamente precárias.

O primeiro dos instrumentos de contagem dos desempregados são os censos demográficos, realizados no Brasil a cada dez anos (IBGE, 2010). No intervalo entre dois censos, realiza-se a contagem da população. A fase de coleta do Censo 2020, que compreende a aplicação do questionário básico e da amostra, será realizada entre os meses de agosto a outubro do próximo ano de 2021.

Ainda segundo o autor Vargas (2008), a partir do Censo de 2000, foram introduzidas várias inovações metodológicas no que se refere à questão do trabalho. Essas modificações visaram não apenas dar conta das transformações que ocorreram na sociedade brasileira nos últimos cinquenta anos, mas também adequar às pesquisas realizadas no país às orientações internacionais. Para esse autor, as mais importantes modificações desse Censo foram:

a) Definição de atividade e o conceito de trabalho. Até o censo de 1991, o cálculo da população economicamente ativa – PEA era mais restrito, abrangendo tanto o trabalho remunerado (em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios) como o trabalho não remunerado na ajuda de algum negócio ou estabelecimento. Porém, apenas eram considerados ocupados os indivíduos que trabalhavam 15 horas semanais ou mais. Os que trabalhavam menos de 15 horas semanais eram considerados inativos.

b) O conceito de atividade e, portanto, de trabalho foi ampliado. Nesse sentido, passou-se a incluir na população ativa ocupada, os indivíduos ligados à produção doméstica para o autoconsumo e/ou que trabalham menos de 15 horas por semana sem remuneração. Tal modificação, ao ampliar a população economicamente ativa e ocupada, afetou diretamente o cálculo das taxas de desocupação que tendem a ser menores.

c) Idade de referência para definir a população em idade ativa. Antes de 2000, eram apenas passíveis de serem considerados ativos os indivíduos de 15 anos ou mais. A partir do censo de 2000, esse limiar é reduzido para 14 anos de idade, o que pode acarretar em alteração no cálculo da população economicamente ativa.

Vale ressaltar que, a partir da PNAD de 1992, o conceito de trabalho abrange os seguintes aspectos: trabalho remunerado (doméstico ou não doméstico); trabalho não remunerado para outrem (familiar ou não); e trabalho não remunerado no domicílio.

³ O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o órgão oficial brasileiro encarregado do sistema estatístico de medição do desemprego.

O processo de categorização estatística do trabalho e do desemprego também está marcado pelas ambiguidades e tensões que perpassam o conjunto da sociedade brasileira e de seu mundo do trabalho. Isto significa dizer que, na publicação de seus indicadores, o IBGE apresenta várias definições para o desemprego:

a) desemprego aberto – pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos últimos sete dias;

b) desemprego oculto pelo trabalho precário – pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho de auto-ocupação, de forma descontínua e irregular, ainda que não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas nos trinta dias anteriores ao da entrevista ou até doze meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste. Por outro lado, fala-se do desemprego oculto pelo desalento onde as pessoas não procuraram trabalho nos últimos trinta dias por desestímulos ou circunstâncias.

2. Sobre o Desemprego das Mulheres no Brasil: os dados dos Órgãos Oficiais

Uma reflexão importante, a partir das leituras realizadas, foi entender que o estudo do desemprego somente para um segmento, no caso o das mulheres, parece tornar-se algo relativamente fechado quando se verifica que o desemprego tem uma dimensão global, atinge todos os segmentos de trabalhadores e sua ampliação não se apresenta homogênea entre eles. É fato comprovado que o desemprego se mostra mais intenso no seu crescimento para pessoas do sexo feminino, mais jovens, com menor escolaridade. E as mulheres, que desejando ter um emprego e não podem procurar ou assumir um trabalho por causa de responsabilidades e compromissos domésticos imediatos, são excluídas. Por isso, ampliou-se o foco de discussão sobre o fenômeno do desemprego dados estatísticos mostram índices gerais.

Do ponto de vista estatístico, a análise do desemprego leva em consideração, inicialmente, duas dimensões fundamentais. Em primeiro lugar, o cenário econômico e os movimentos que afetam a demanda por trabalho, a formação do que chamamos de população economicamente ativa (PEA). O aumento da população ativa pode ser um fator importante para explicar o aumento do desemprego. Em segundo lugar, a análise do desemprego leva em consideração os fatores que afetam a oferta de trabalho ou emprego. Uma baixa geração de postos de trabalho também pode ser um fator decisivo para explicar o desemprego.

Nesse sentido, o estudo do desemprego requer, acima de tudo, um olhar sobre o comportamento do mercado de trabalho inerente ao País, Região ou Estado em questão. Isso envolve dados de órgãos oficiais de pesquisa que procuram referenciar o mercado de trabalho no contexto de seu desempenho nos últimos anos. De um modo geral, no Brasil, para a análise do emprego e do desemprego, se utilizam dois indicadores importantes: 1) O CAGED, que mede os empregos formais (servidores públicos e trabalhadores com carteira assinada); e 2) PNAD/IBGE, que envolve tanto o mercado formal quanto o informal.

Os dados sofrem interferência das épocas do ano, as chamadas sazonalidades⁴, ou seja, o mercado de trabalho varia bastante durante o ano. Por exemplo, seja um trabalho no campo como colheita de grãos, que acontece normalmente no início do ano; seja um trabalho nas grandes cidades como compras de presentes no final do ano onde, culturalmente, esse movimento costuma

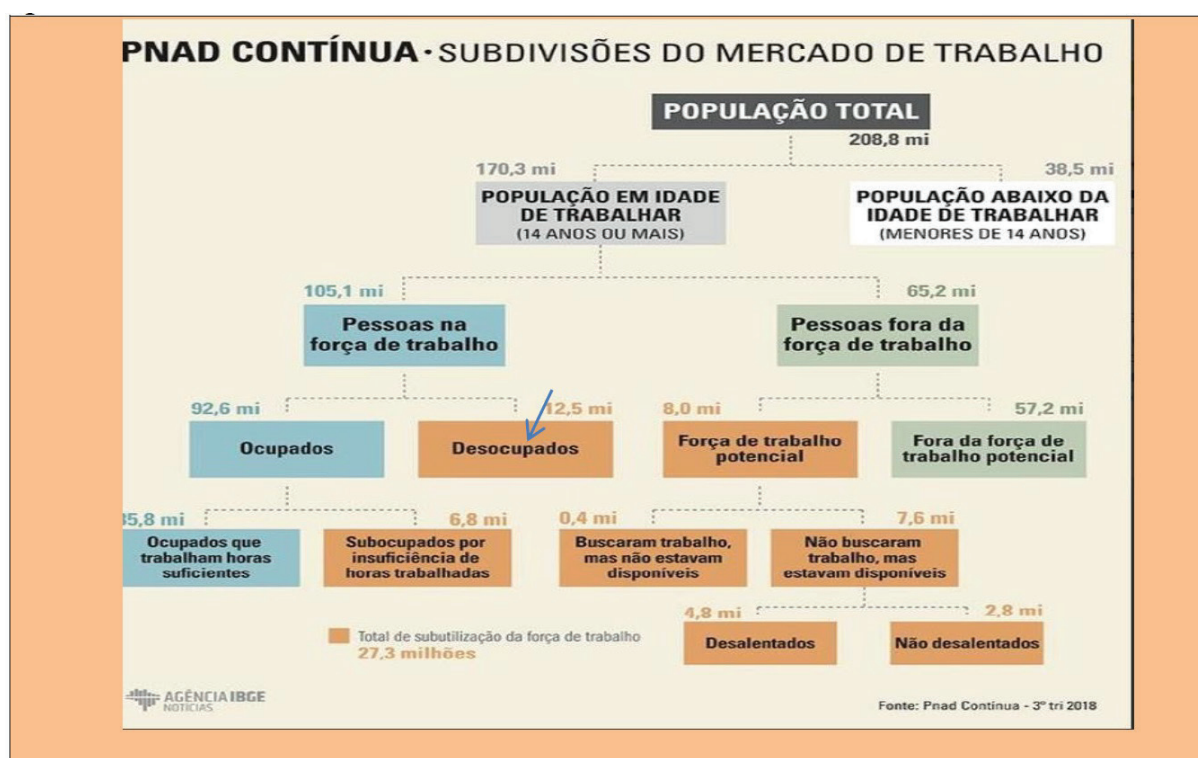
⁴O mercado de trabalho é muito afetado pelo que os economistas chamam de “efeito sazonal”, ou “sazonalidade”.

“aquecer” o mercado, isto vai exigir uma variação do mercado de trabalho. Daí porque se alega que ocorreu flutuações no número de empregados ou que há épocas e fatores que influenciam os níveis de emprego no Brasil. Por isso, os órgãos que trabalham com as pesquisas costumam confrontar taxas de desemprego sempre com o mesmo período dos outros anos para evitar grandes erros estatísticos.

Além das sazonalidades, os dados sofrem interferências da situação da pessoa, ou seja, pessoas que buscam vagas de emprego; pessoas que pararam de procurar emprego ou que trabalham menos do que gostariam. Isso vai refletir no seguinte: quando se fala que a taxa de desemprego “caiu”, nem sempre é algo bom, visto que, teoricamente, a queda pode significar que mais pessoas desistiram de buscar trabalho.

Dessa forma, observa-se que os dados são complexos e o mercado de trabalho também, lembrando que o Brasil, por exemplo, segue diretrizes da Organização Internacional do Trabalho assim como outros países – França, Estados Unidos e outros. E algo que chama atenção são as várias denominações que o IBGE utiliza na sua metodologia para explicar as múltiplas possibilidades do mercado de trabalho conforme o que mostra o Diagrama a seguir:

Figura 1: Diagrama sobre as denominações do IBGE para as múltiplas possibilidades do mercado de trabalho



Fonte: IBGE/Pnad Contínua – 3º trimestre de 2018.

Considerando a figura acima, observa-se que o termo utilizado pela PNAD Contínua nas subdivisões do mercado de trabalho é “Desocupados” e não “Desempregados”, ao se referir às pessoas na força de trabalho. Esse é um ponto de reflexão que revela teoricamente a categoria de “privação do trabalho”, expressa a complexidade e extensão da problemática do desemprego no Brasil quando se depara com essas estatísticas oficiais. Observa-se os dados sobre o desemprego das mulheres, a seguir apresentados.

Figura 2 - Índice do desemprego por gênero no Brasil – último trimestre de 2017



Fonte: PNADC/IBGE – Gráfico ajustado a partir do Infográfico de Juliane Souza. G1, 23/02/2018.

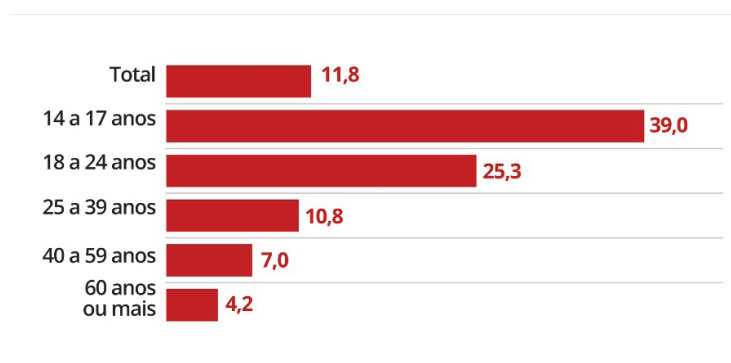
Os dados revelam na figura 2 que, entre as mulheres, o índice de desemprego encerrou o ano de 2017 em 13,4% em comparação com 10,5% entre os homens, de um total de 12,5 milhões de desempregados no Brasil.

Ao observar essas taxas de desemprego por sexo, constata-se que as taxas femininas são sempre superiores às masculinas. Tal indicador é um claro sinal de uma vulnerabilidade de gênero que penaliza as mulheres no mercado de trabalho. O desemprego expressa, de certa forma, o modo como as relações de gênero se constituem no Brasil. Ou seja, muitas vezes, a inserção subordinada das mulheres no mercado de trabalho acompanha-se de uma maior privação de emprego entre elas.

Se no final de 2017 a crise econômica se intensificava no Brasil, no segundo trimestre de 2018, o índice de desemprego divulgado pelo IBGE cresceu no cenário econômico brasileiro e no mercado de trabalho. Nesse momento, o país atingiu 13 milhões de desocupados, mostrando um mercado de trabalho ainda mais precário e flexível, com um grave problema social/estrutural onde o nível global do emprego (carteira assinada) diminuía significativamente. Portanto, cada vez mais, o desemprego é visto como um problema central em um país marcado por uma “velha” precariedade estrutural que se combina com um processo mais recente de precarização das relações de trabalho (reforma trabalhista, por exemplo).

Se formos considerar a idade, os dados mostram que as taxas de desemprego dos mais jovens são mais elevadas do que os mais velhos, conforme demonstrado na figura 3.

Figura 3 – Índice do desemprego por idade – último trimestre de 2017



Fonte: PNADC/IBGE – Gráfico ajustado a partir do Infográfico de Juliane Souza. G1, 23/02/2018.

Constata-se, a partir desse infográfico, a evolução diferenciada da taxa de desemprego segundo a faixa etária dos desempregados no último trimestre de 2017. Nesse caso, a população mais afetada pela falta de oportunidade no mercado de trabalho são as mulheres e os mais jovens – muito por conta da falta de experiência. Para trabalhadores na faixa etária entre 14 a 17 anos de idade, a taxa de desemprego esteve bastante elevada (39,0%) no período em análise. Na faixa etária entre 18 a 24 anos, a taxa de desemprego foi de 25,3%. Entende-se que o maior índice do desemprego atinge uma maioria de jovens mulheres.

Isto mostra que o desemprego cresceu muito mais para os jovens (entendendo-se também as mulheres jovens) do que para as demais faixas etárias. Essa situação leva a refletir, conforme Amaral (2014), que as influências do processo global e a persistência do elevado desemprego no Brasil aparecem como marca importante em pleno contexto de profundas mudanças econômicas e no mercado de trabalho, o qual exige grande competição e experiência. E o jovem, por exemplo, como um segmento da sociedade que se torna mais frágil na disputa por um posto de trabalho, encontra mais dificuldades em meio ao elevado excedente de mão de obra e a ausência de oportunidades ocupacionais em empregos regulares. Esses são alguns dos fatores decisivos na configuração desse desemprego para as faixas de idades mais novas.

Em relação à educação, as pesquisas mostram as maiores chances de emprego para quem tem maior escolaridade. Dados do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho mostram que o momento atual do mercado de trabalho para quem tem menos anos de estudos segue desfavorável. No ano de 2017, houve perda de 383,3 mil empregos no conjunto de todas as faixas de escolaridade entre analfabetos e ensino médio incompleto. No tocante ao comportamento do emprego por gênero, o CAGED constatou que os homens ganharam espaço no mercado de trabalho com a abertura de 21,6 mil vagas ocupadas por trabalhadores do sexo masculino. E as mulheres perderam 42,4 mil empregos com carteira assinada.

No comparativo dos anos de 2017 e 2018, observa-se que, em 2018, mais vagas foram abertas para profissionais com nível médio, superior incompleto e superior completo, conforme demonstrativo a seguir.

Figura 4 - Quadro de abertura de vagas de emprego por escolaridade

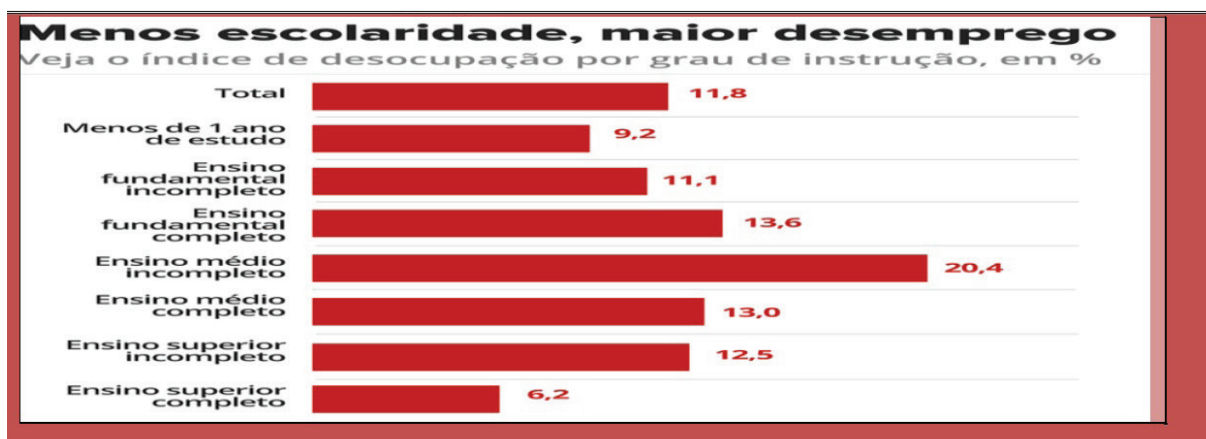
| ESCOLARIDADE | 2017 | 2018 |
|-------------------------|---------------|----------------|
| Analfabeto | -4.109 | -4.785 |
| Até 5ª incompleto | -12.245 | -9.195 |
| 5ª completo fundamental | -8.651 | -6.861 |
| 6ª a 9ª fundamental | -24.791 | -2.869 |
| Fundamental completo | -49.331 | -20.908 |
| Médio incompleto | -23.382 | 6.672 |
| Médio completo | 106.714 | 266.075 |
| Superior incompleto | 10.867 | 26.423 |
| Superior completo | 75.978 | 137.909 |
| Total | 71.050 | 392.461 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CAGED/Ministério do Trabalho, 09/2018.

Percebe-se, portanto, que as mudanças no interior do mercado de trabalho se apresentam mais desfavoráveis aos trabalhadores com menor escolaridade. Impacto direto, em certa medida,

dos setores de atividade econômica como o da construção civil e da indústria, que mais demitiram mão de obra por força da recessão nos anos citados. No ano de 2018, o quantitativo maior de vagas foi registrado entre os trabalhadores com ensino médio completo (266.075 vagas), seguido pelos que têm o ensino superior completo (137.909), superior incompleto (26.423) e médio incompleto, com 6.672 vagas. Nos demais níveis de educação, houve fechamento de vagas. Significa que quem tem menos escolaridade possui mais chance de ficar desempregado conforme registrado na figura 5.

Figura 5 – Índice do desemprego por escolaridade – último trimestre de 2017



Fonte: PNADC/IBGE – Gráfico ajustado a partir do Infográfico de Juliane Souza. G1, 23/02/2018.

Observa-se no Infográfico (fig. 5) que o desemprego atingiu mais fortemente as mulheres e os indivíduos com escolaridade intermediária. A maior taxa de desemprego (20,4%) foi registrada para quem tem ensino médio incompleto. Nesse sentido, é possível refletir que, atualmente, a educação/escolaridade tem uma relação muito próxima com o mercado de trabalho/emprego. É igualmente observável, em termos de políticas de incentivo à participação das mulheres no mercado de trabalho, que o estímulo à escolarização, se possível, para além do ensino médio, é de extrema importância, porque as taxas de desemprego tendem a cair de forma considerável para esse segmento.

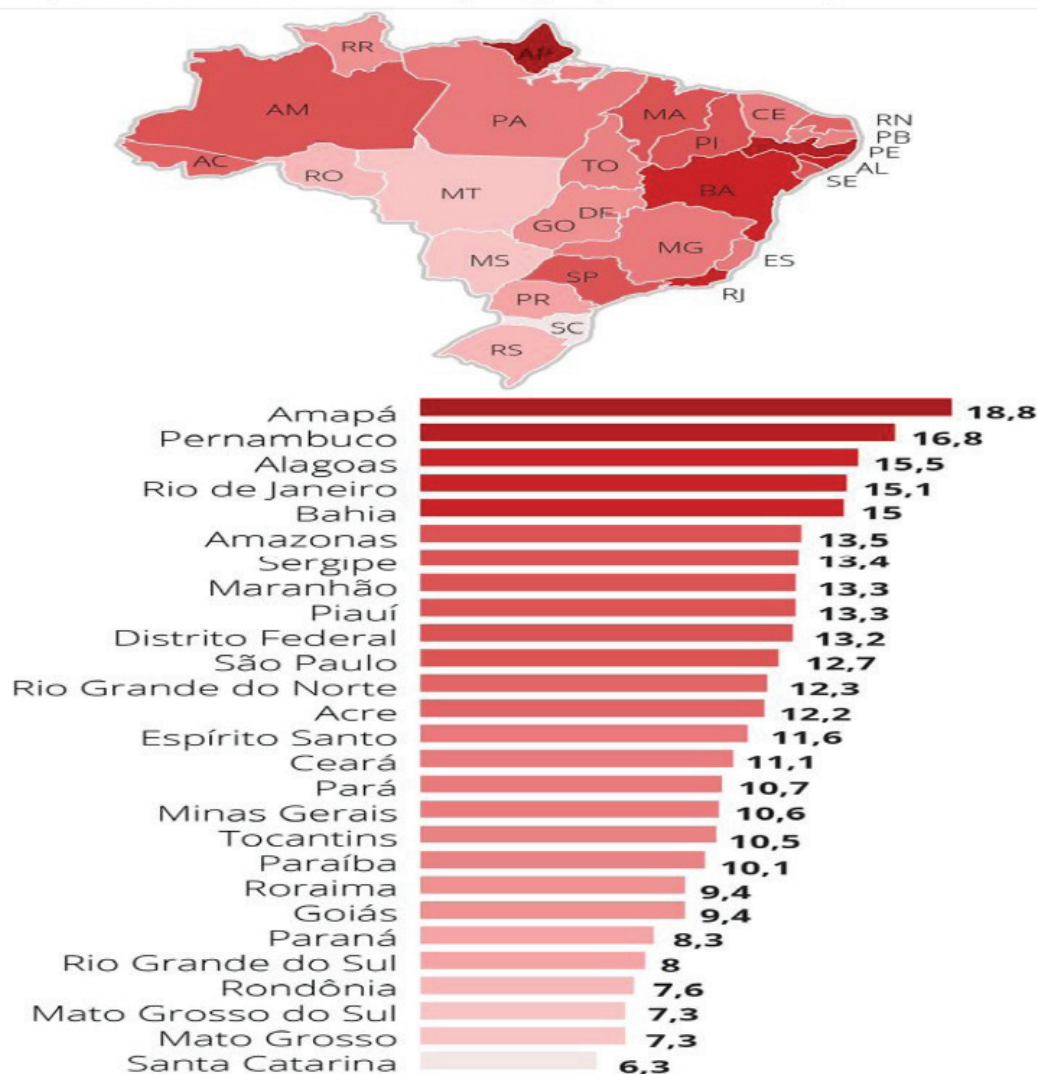
Em se tratando de análise do desemprego, os termos Emprego X Desemprego se entrecruzam, isto é, a dimensão que a problemática social assume no mercado de trabalho não pode ser adequadamente investigada através da análise de variáveis isoladas, expressas de forma linear nas taxas de desemprego aferidas pelas instituições encarregadas de produzir esses dados estatísticos. Daí porque as variáveis, sexo, idade, escolaridade etc. aparecem, por exemplo, nas estatísticas do emprego e do desemprego, visto que essas categorias são, antes de tudo, uma expressão dessas relações sociais nas quais os atores estão inscritos.

Lembrando novamente o último trimestre de 2017 e início de 2018, onde as taxas de desemprego no Brasil cresceram e atingiram 13 milhões de trabalhadores; é importante destacar que este é um fenômeno notável com efeito direto na esfera social, sobretudo para segmentos mais vulneráveis como as mulheres, jovens etc. De acordo com a PNADC/IBGE, nesse período do ano, o Brasil atingiu 13,7% de desocupados, sendo a maior taxa de desemprego já registrada. Numa comparação com o mesmo período desse ano de 2017, no ano de 2018, a taxa também se mantivera bastante elevada, representando 12,7% de pessoas desocupadas, reforçando uma leitura de crise econômica e crise do mercado de trabalho.

Quando se tenta identificar as taxas de desemprego por Estados do Brasil, no período crítico de elevação desse fenômeno (fim de 2017 e início de 2018), encontra-se uma constatação de que, em se tratando de desemprego, não são apenas as Regiões Norte e Nordeste as que possuem as maiores taxas, isto porque, teoricamente, essas Regiões são consideradas como as que lideram a pobreza e problemas sociais no país. As taxas do desemprego são elevadas e atingem todas as Regiões brasileiras.

Figura 6– Índice do Desemprego por Estado – último trimestre de 2017

Onde o desemprego é maior no Brasil
Veja a taxa de desemprego por estado, em %



Fonte: PNADC/IBGE – Gráfico ajustado a partir do Infográfico de Juliane Monteiro e Karina Almeida. G1, 23/02/2018.

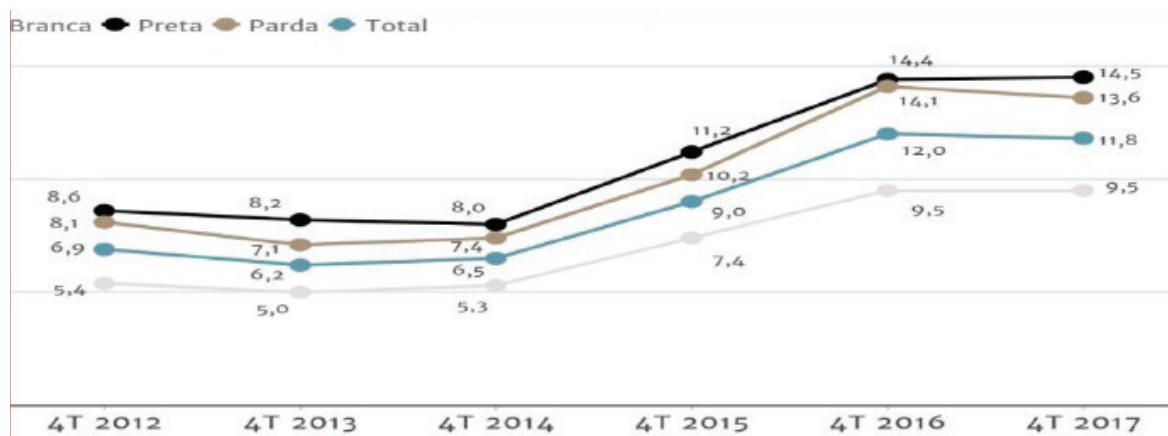
Conforme o demonstrativo acima, o Estado do Brasil onde o desemprego apresentou maior índice no fim de 2017 foi o Amapá, seguido de Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro. Em Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram registrados os menores índices. Como as mulheres indicaram os maiores índices de desemprego, supõe-se que, em cada Estado do Brasil, elas sejam a maioria de desempregados.

No Boletim Mercado de Trabalho, nº 65, 2018, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), informa que, assim como os jovens, as mulheres negras são mais vulneráveis, chegando a atingir uma taxa de 50% maior. Esse estudo mostra que a cada 1 ponto percentual a mais, na taxa de desemprego, as mulheres negras sofrem, em média, aumento de 1,5 ponto percentual. Para as mulheres brancas, o reflexo é de 1,3 pontos percentuais. Mas não são apenas as mulheres negras que aparecem em condição de maior vulnerabilidade. Jovens entre 18 e 29 anos também estão entre os mais afetados.

Importante lembrar que, na análise do trabalho, o IPEA compara a taxa de desemprego de cada Estado com a proporção de pessoas sem trabalho há, pelo menos, 12 meses e com a taxa de desemprego do grupo analisado em cada unidade da federação, apresentando, também, dados por faixa etária e escolaridade. Os resultados mostram uma menor diferença de sensibilidade da taxa de desemprego segundo o grau de instrução, com uma diferença de 0,3 p.p. entre trabalhadores com ensino médio incompleto e completo.

Conforme a PNADC/IBGE/2018, homens e pessoas brancas também estão à frente de mulheres e pessoas negras em relação ao rendimento mensal. No recorte por sexo feito pelo IBGE no fim de 2017, os homens ganhavam em média R\$ 2.476,00 (dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais) contra R\$ 1.884,00 (hum mil, oitocentos e oitenta e quatro reais) das mulheres, o que significa uma diferença de 23,9% a mais no rendimento deles. Brancos ganharam em média R\$ 2.896,00 (dois mil, oitocentos e noventa e seis reais), enquanto pretos e pardos ganharam R\$ 1.615,00 (hum mil, seiscentos e quinze reais), ou seja, uma diferença de 44% a mais para os brancos.

Figura 7 - Taxa de desocupação por raça



Fonte: PNADC/IBGE, 2017 – Adaptação do gráfico de Fábio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil/03/2018.

No gráfico acima, observa-se uma evolução na taxa de desocupação das mulheres negras. Além da diferença nos valores da renda (informado anteriormente), as pessoas negras também têm desvantagem em relação às taxas de desemprego. Ou seja, conforme a figura acima, de 2012 a 2017, essas taxas aumentaram sucessivamente. Pessoas pretas atingiram 14,5%. Significa dizer que a vulnerabilidade das mulheres negras ao desemprego é maior.

CONCLUSÃO

Conforme exposto no conteúdo deste artigo, considera-se o desemprego enquanto categoria social objetiva aquela que se materializa em dados estatísticos institucionais e oficiais, ou seja, dados que constituem indicadores importantes para analisar profundas desigualdades da sociedade brasileira. As elevadas taxas de desemprego entre as mulheres, por exemplo, são reveladoras de uma situação de forte vulnerabilidade desse grupo social. De outra forma, considera-se o desemprego como categoria subjetiva, de percepção da realidade, a partir da qual ele não afeta os indivíduos de maneira homogênea no espaço econômico da experiência de trabalho, mas estes são diferentemente afetados quando se tratam de homens e mulheres, pessoas mais ou menos escolarizadas ou qualificadas profissionalmente.

Diante das rápidas contribuições apresentadas pelos autores sobre o desemprego, tanto do ponto de vista econômico quanto sociológico, refletiu-se que é possível compreender os mecanismos que tornam o segmento das mulheres, e também dos jovens, dos pretos e pardos, mais vulneráveis, na medida em que se leva em consideração o modo como se estruturam os papéis, as identidades e as relações que distribuem os indivíduos na sociedade conforme sua posição na estrutura social. Os jovens, por exemplo, constituem um grupo social que hoje certamente tem muita dificuldade de encontrar no mundo social e do trabalho um lugar em que possam se sentir reconhecidos.

Foi neste sentido que a abordagem do desemprego que se propôs refletir supõe considerá-lo um fenômeno constituído pelas relações sociais, sobretudo pelas relações de gênero, haja vista que os dados analisados sugerem que essas relações são marcadas por fortes tensões. De um lado, as mulheres tornam-se cada vez mais ativas, necessitando de maior igualdade entre os sexos com maior reconhecimento na vida social e participação no mercado de trabalho. Por outro, as mulheres continuam muito vulneráveis nesse mercado, apresentando taxas de desemprego mais elevadas que as masculinas. Isso indica que a divisão sexual tradicional dos papéis e responsabilidades entre homens e mulheres continua a estruturar o mercado de trabalho e a vida social de uma maneira geral. E mostra que existe a conservação das relações sociais de gênero, cuja mudança e resultado não se sabe ao certo qual será e quando será. Nesse caso, volta-se a pensar que são necessárias mudanças sociais como características importantes desse processo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. 2004. *Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais*. Tempo Social, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64.
- AMARAL, Ivanete Modesto do. 2014. *Os jovens com formação superior no mercado de trabalho paraense: suas percepções e formas de inserção*. Tese Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED. 2018. *Evolução de Emprego do CAGED*. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego/>. Consulta em 2 de novembro de 2019.

_____. IBGE/2010. *Censo Demográfico: O que é?* Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e>. Consulta em 02 de novembro de 2019.

_____. IPEA/2018. *Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*. n° 65, outubro de 2018.

_____. IBGE/PNADContínua, 2017/2018. *Estatísticas do Trabalho*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal>. Consulta em 2 de novembro de 2019.

DEMAZIERE, Didier. 2003. *Le chômage*. Comment peut-on être chômeur? Paris, Éditions Belin, Disponível em: https://www.persee.fr/doc/forem_0759-6340_2003_num_83_1_2854_t1_0107_0000_7. Consulta em 1 de novembro de 2019.

FREYSSINET, Jacques. 2002. Le chômage. Paris: La Découverte,. Disponível em: <http://www.cairn.info > revue-travail-genre-et-societe>. Consulta em 28 de outubro de 2019.

GALEAZZI, I. 2002. Desemprego. In: Cattani, Antonio David (Org.). *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. 4 ed. rev. ampl. - Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS.

LALLEMENT, Michel. 1995. *Comment les femmes participent-elles à la tragédie" du chômage? Les cahiers du Mage. Différences de sexe sur le marché du travail*. n° 3-4. Chômage et égalité des chances. Paris, MAGE/CNRS. Disponível em: <https://www.franceculture.fr>. Consulta em: 22 de outubro de 2019.

MARUANI, Margaret & REYNAUD, Emmanuèle. 2004. *Sociologie de l'emploi*. Collection Repères, Paris: La Découverte. Disponível em: <http://www.cairn.info/feuill>. Consulta em 22 de outubro de 2019.

MARUANI, Margareth. *Travail et emploi des femmes*. 2011. Paris, La Découvert, Coll. « Repères Sociologie». Disponível em: https://www.persee.fr/doc/genre_1298-6046_2000. Consulta em 23 de outubro de 2019.

MELEU, Marcelino e MASSARO A. Langlois. 2017. O papel da O.I.T. frente aos desafios do mercado. *Revista Direito e Práxis*, On-line, version ISSN 2179-8966. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2017/19473>. Consulta em 1 de novembro de 2019.

PASSOS, Carlos R. M. e NOGAMI, Otto. 2005. *Princípios de Economia*. Porto Alegre, Ed. Thomson.

POZZEBOM, F. Rodrigues. 2018. *Mulheres e pessoas negras têm menor renda e são maioria entre desempregados no Brasil*. Disponível em: <http://.generonumero.media/mulheres-e-pessoas-negras-tem-menor-renda/>.Consulta em 1 de novembro de 2019.

PRONI, Marcelo Weishaupt. 2015. *Teorias do desemprego: um guia de estudo*. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 256.

TOPALOV, Christian. 1994. *Naissance du chômeur*. 1880 – 1910. Paris, Albin Michel. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/forem_0759-6340_1995. Consulta em: 1 de novembro de 2019.

VARGAS, Francisco E. B. 2008. *Formes et expériences de privation de travail au Brésil : la construction sociale du chômage dans la perspective d'une sociologie des rapports sociaux*. Thèse de Doctorat en Sociologie. CNRS - Université de Paris 10.